

Ao
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA-EXECUTIVA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Assunto: Diligência 01

Referência: Pregão Eletrônico Nº 08/2022

Processo administrativo nº 08084.007708/2021-53

**APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DA PROPOSTA E PLANILHA DA RCS
TECNOLOGIA LTDA.**

O Pregoeiro analisou os documentos apresentados pela licitante RCS TECNOLOGIA LTDA., no âmbito do **Pregão Eletrônico Nº 08/2022**, e verificou a necessidade de esclarecimentos complementares, a saber:

1. ATIVIDADE PREPONDERANTE. REPRESENTAÇÃO SINDICAL.

Como afirmado na diligência anterior, a atividade preponderante da RCS é **indubitavelmente** instalação e manutenção elétrica, representada pelo SITIMME, contudo em algumas licitações anteriores os órgãos contratantes não aceitaram o uso do SITIMME, em razão da Convenção Coletiva, **naquela ocasião**, estar vencida desde 1º de maio de 2019, sendo renovada apenas em outubro de 2020 de forma retroativa.

Outrossim, por problemas internos do próprio sindicato a RCS só conseguiu firmar novo ACT para reajuste salarial em julho de 2020, permanecendo uma janela de 01/05/2019 a 28/07/2020. Deste modo, houve alguns órgãos que não aceitaram a proposta da RCS, em razão da CCT do SITIMME estar vencida.

Com o advento da Lei nº. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que alterou a redação do artigo 614, § 3º, da CLT, para dispor que *“não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois*

anos, sendo vedada a ultratividade”, encerrou-se a discussão quanto à ultratividade dos instrumentos coletivos.

Atualmente, está em trâmite a ADPF 323, de relatoria do ministro Gilmar Mendes, que já adiantou seu voto e considerou inconstitucional a súmula 277 do TST, bem como a inconstitucionalidade de interpretações e de decisões judiciais que entendem que o art. 114, parágrafo segundo, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que autoriza a aplicação do princípio da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas.

Por esse motivo, repisa-se, à época de algumas licitações que ocorreram entre 01/05/2019 a 28/07/2020 fomos obrigados a utilizar o SINDUSCON/STICOMBE nas propostas, pois era o instrumento coletivo válido na ocasião, sob pena de desclassificação.

Esta é a razão para a RCS ter ACTs com ambos os sindicatos e, em que pese a situação possa ter gerado dúvidas, tratou-se de fato isolado e que em nada afeta o contrato com o Ministério da Justiça. Inclusive, porque o ACT firmado com SINDUSCON/STICOMBE foi realizado para situações específicas de adequações de contrato de trabalho na época da pandemia.

Atualmente temos o Acordo Coletivo de Trabalho do SITIMME em plena validade.

2. CONVENÇÃO COLETIVA DA SECRETÁRIA EXECUTIVA E TÉCNICO EM SECRETARIADO. CATEGORIA DIFERENCIADA.

O conceito legal de categoria profissional está consignado no § 2º, do Art. 511 da CLT, vejamos:

“(...) A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. (...)”

A CLT, no § 3º, do aludido Art. 511, estatui a definição legal de categoria diferenciada nos seguintes termos:

“(...) Categoria diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singular. (...)”

Depreende-se da simples leitura dos dois dispositivos legais supratranscritos, a existência de duas espécies de categorias profissionais, sendo que se caracteriza ordinariamente a primeira, pela similitude de condições em situação empregatícia na mesma atividade econômica, ou no entendimento de EDUARDO GABRIEL SAAD *"do exercício do mesmo ofício ou da mesma atividade num ramo econômico surge a similitude de condições de vida. Temos, aí, as linhas mestras de uma categoria profissional"* (In: SAAD, Eduardo Gabriel – CLT Comentada – 33ª edição, LTr Editora, São Paulo, 2001).

Assim, de modo genérico, para atividades profissionais inespecíficas, conforme explanado no item alhures, é a atividade do empregador que caracteriza e define a similitude de condições de trabalho, sendo que, a partir daí, a categoria profissional majoritária será determinada pela atividade principal do empregador e não pelos atos praticados por estes em suas atividades diárias.

A partir da excepcionalidade legal estatuída no § 3º do Art. 511 da CLT, as chamadas categorias diferenciadas, se caracterizam em sua individualidade por força de estatuto profissional ou em consequência de condições de vida singular, seja independentemente da atividade econômica em que se exerça o trabalho.

O exercício da atividade de secretária é regulamentado pelo Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985 (DOU de 1º/10/1985).

“Para os efeitos dessa lei, é considerado:

I - Secretário-Executivo: (Redação dada pela Lei nº 9.261, de 10.1.1996)

a) o profissional diplomado no Brasil por Curso Superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por Curso Superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma da lei;

b) portador de qualquer diploma de nível superior que, na data de início da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de

empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas abaixo.

II - Técnico em Secretariado: (Redação dada pela Lei nº 9.261, de 10.1.1996)

a) o profissional portador de certificado de conclusão de Curso de Secretariado, em nível de 2º grau;

b) o portador de certificado de conclusão do 2º grau que, na data da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas abaixo.”

Quando se tratar de categoria diferenciada, o documento coletivo a ser aplicado, será o da respectiva categoria diferenciada, ou seja, o dos secretários executivos e técnicos em secretariado deverá ser a CCT SEAC/DF e SISDF.

Portanto, caso a empresa não aplique o piso salarial estipulado pelo CCT SEAC/DF e SISDF, poderá o secretário executivo ou técnico em secretariado, ingressar com a ação judicial.

3. DA ATIVIDADE PRINCIPAL E ATIVIDADES SECUNDÁRIAS. ATIVIDADE PREPONDERANTE E MÚLTIPLAS ATIVIDADES.

No tocante à ação judicial nº 0000771-62.2019.5.10.0016, o ponto principal da controvérsia tratou-se do fato de os Juízos *a quo* e *ad quem* terem adotado regramento diverso à questão do enquadramento sindical pela atividade preponderante da empresa, tese já fartamente pacificada no âmbito dos tribunais superiores.

Ora, o enquadramento sindical é matéria de ordem pública, promovido, VIA DE REGRA, com base na atividade preponderante do empregador (arts. 511, §2º, e 570 da CLT), à exceção das categorias diferenciadas.

A regra é o enquadramento sindical pela atividade preponderante da empresa, os demais casos são a exceção, e é justamente este o ponto em que se equivoca na sentença ao afirmar que:

“Logo, *conquanto a primeira reclamada possa ter por atividade preponderante* (no geral) a prestação de serviços de instalação e

*manutenção elétrica, o objeto (específico) do **contrato administrativo entre os réus era em segmento totalmente distinto e distante** (terceirização de agentes e supervisores administrativos)."*

*Assim sendo, **não há falar em enquadramento sindical dos substituídos pelo sindicato reclamante coincidente com as ditas atividades preponderantes da primeira reclamada (...)**"*

Observe que a sentença considerou a multiplicidade de setores de atuação econômica (atividades secundárias que se diferem da atividade preponderante) da recorrente, ainda que haja de forma cristalina no ato constitutivo e no cartão do CNPJ da Receita Federal uma atividade preponderante.

Além disso, desconsiderou que o maior número de empregados que ocupa o estabelecimento é aquele enquadrado no SITIMME, bem como que é desta atividade que advém o maior faturamento da Recorrente.

Contudo, a Recorrente não se enquadra neste caso que embasou as decisões judiciais proferidas nos autos do processo nº 0000771-62.2019.5.10.0016.

Cumprido esclarecer que multiplicidade de setores não se confunde com a empresa ter uma atividade preponderante e outras secundárias.

A atividade preponderante do empregador é aquela que ocupa maior espaço no empreendimento, sendo irrelevante o tipo de trabalho executado pelo empregado, bem como o objeto da contratação, ao passo de que no caso da multiplicidade de setores não se é possível identificar qual a atividade preponderante da empresa, o que geraria duplo enquadramento sindical.

Ou seja, o enquadramento sindical, VIA DE REGRA, é determinado pela atividade preponderante da empresa. Se, contudo, a empresa explorar diversas atividades econômicas, **SEM QUE SEJA POSSÍVEL ESTABELECEER QUAL É A PRINCIPAL**, cada uma delas será incorporada à correspondente categoria econômica.

Para melhor compreensão, seguem atividades e valores de contratos que a RCS atualmente possui e que está mais bem detalhado na planilha que segue anexa a esta diligência:

- Manutenção predial preventiva e corretiva: R\$ 343.013.557,57;

- Serviço de Apoio: R\$ 103.746.889,18;
- Serviço de Engenharia: R\$ 4.603.734,51;
- Serviço continuado de copa, cozinha, limpeza e conservação: R\$ 14.606.186,29.

Ou seja, não resta qualquer dúvida que a atividade preponderante da RCS é INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA – CNAE 43.21-5-00. É PLENAMENTE POSSÍVEL IDENTIFICAR A ATIVIDADE PREPONDERANTE DA RCS, INCLUSIVE PORQUE ELA É BENEFICIÁRIA DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E AUDITADA PELA RECEITA FEDERAL, UMA VEZ QUE A ATIVIDADE DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA – CNAE 43.21-5-00 É UMA DAS POUCAS ABARCADAS POR ESTA LEI.

Ao contrário do esposado no Processo nº 0000771-62.2019.5.10.0016, citado por esta Douta Comissão, a RCS teve decisões favoráveis contra o Sindiserviços, cuja matéria é a mesa. Confira-se:

ATOrd 0000167-27.2021.5.10.0018 – RCS x SINDISERVIÇOS

“Relatório

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (Sindiserviços/DF) ajuizou reclamação trabalhista em face de RCS Tecnologia Ltda e União Federal. A atuação do sindicato autor se dá na qualidade de substituto processual. Alega que os substituídos foram admitidos em 22 de janeiro de 2021. Afirma que a 1ª reclamada não estaria observando os benefícios devidos aos empregados, os quais deveriam ser respeitados. Na peça de ingresso, encontra-se o rol com a relação das pretensões deduzidas pelo autor, discriminadamente.

(...)

Os direitos postulados são homogêneos e têm como causa de pedir o instrumento normativo invocado. Convenção coletiva aplicável. Benefícios decorrentes da convenção coletiva. Na peça de ingresso, o autor alega serem devidos aos substituídos, contratados pela 1ª

reclamada, em 22 de janeiro de 2021, para prestar serviços à 2ª reclamada, na Câmara dos Deputados, os benefícios previstos na convenção coletiva por ele juntada, celebrada pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal, de um lado, e pelo Sindicato dos Empregados de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do DF (Sindiserviços/DF), de outro.

A 1ª reclamada impugnou o pedido. Alegou que:

“[...] a empresa agiu em conformidade com a determinação Editalícia e Legal, garantindo o Piso Salarial e demais direitos estabelecidos na CCT do sindicato que representa a atividade preponderante da empresa, entendimento contrário ao aqui exposto, só demonstra a divergência de entendimento entre os órgãos jurisdicionais. [...] ao exercer a atividade econômica preponderante no ramo de instalações e manutenção elétrica, a empresa está automaticamente enquadrada na entidade sindical representante da categoria econômica correspondente (SITIMME-DF) e, conseqüentemente, todos os seus empregados vinculados ao respectivo sindicato”.

O art. 511, da CLT, encontra-se assim redigido:

“É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. § 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica. § 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. § 3º Categoria

profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. § 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural".

Assim, o que define qual o instrumento normativo aplicável é a atividade preponderante levada a cabo pelo empregador, quando o empregado não integra categoria diferenciada. Nesse sentido, a seguinte decisão proferida pela 2ª Turma do Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Relator Desembargador Mário Caron):

"[...] O enquadramento sindical no Brasil se faz, em regra, segundo a atividade preponderante da empresa. É dizer, é o ramo empresarial ou econômico por esta explorado que definirá o sindicato que irá representá-la, e, por conseguinte, também os seus empregados, no âmbito profissional. O §3º, art. 511, CLT prevê uma exceção a essa regra - a categoria profissional diferenciada -, determinando por força de estatuto profissional especial ou em função de condições de vida singulares que impliquem aos membros de determinada categoria aspirações e reivindicações diferentes em relação aos demais trabalhadores de um mesmo estabelecimento. No magistério de Valentin Carrion, 'categoria profissional diferenciada é a que tem regulamentação específica do trabalho diferente da dos demais empregados da mesma empresa, o que lhe faculta convenções ou acordos coletivos próprios, diferentes dos que possam corresponder à atividade preponderante do empregador, que é regra geral' (in Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, Saraiva, 25ª ed., 2000, nota 2 do art. 511, pág. 403)" (Proc. 00067-2002-013-10-00-6 RO, Ac. 2ª Turma do Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Rel. Desembargador Mário Macedo Fernandes Caron).

No documento Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a atividade econômica principal identificada é a seguinte: "construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica" (cf. ID 759eb6e).

Não há de se falar, então, que a 1ª reclamada seja representada pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal, quanto aos empregados dela, no geral.

Impõe-se reconhecer, portanto, que o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal não é o representante da categoria econômica da 1ª reclamada.

Estabelece a Súmula nº 374, do C. Tribunal Superior do Trabalho que: "Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria".

A reclamada, conforme entendimento esposado por este Juízo, não foi representada quando celebrada a convenção coletiva invocada como fundamento do pedido pelo sindicato autor.

Assim, seja quanto aos empregados da reclamada que não integram categoria diferenciada, seja quanto aqueles que integram categoria diferenciada, não se pode dizer que a convenção coletiva trazida aos autos pelo autor possa ser aplicável.

Ante o exposto, julga-se improcedente o pedido (e consectários).

(...)

Intimem-se as partes.

Nada mais.

BRASILIA/DF, 23 de setembro de 2021.

JONATHAN QUINTAO JACOB

Juiz do Trabalho Titular" (grifo nosso)

ATOrd 0000940-27.2020.5.10.0012 – RCS X SINDISERVIÇOS*Relatório*

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRAB TEMPORÁRIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZÁVEIS DO DF- SINDISERVICOS/DF, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, ajuizou ação trabalhista em face dede RCS TECNOLOGIA LTDA e UNIÃO FEDERAL, requerendo, pelos fatos e fundamentos apresentados na exordial, a condenação das reclamadas para que seja conhecida, via Sentença Judicial, a aplicação das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo SINDISERVIÇOS na relação laboral em comento; indenização por mês trabalhado a cada um dos Trabalhadores Substituídos, com juros e correção monetária, equivalente ao Plano de Saúde ambulatorial não concedido, no valor mensal de R\$ 153,77 (cento e cinquenta e três reais setenta e sete centavos), a partir do início do contrato de trabalho (julho/2020) até o término do mesmo ou do trânsito em julgado do presente feito; Auxílio Alimentação no valor de R\$ 33,62 (trinta e três reais e sessenta e dois centavos), a cada um dos Trabalhadores substituídos, por dia trabalhado, a partir do início do contrato de trabalho (julho/2020) até o término do mesmo ou trânsito em julgado do presente feito; indenização equivalente ao Plano Odontológico não concedido, no valor mensal de R\$ 10,63 (dez reais e sessenta e três centavos), por mês trabalhado e por trabalhador substituídos, a partir do início do contrato de trabalho, até o término do mesmo ou do trânsito em julgado do presente feito; multa mensal, por cada obrigação determinada na CCT da categoria, por cada obrigação de fazer não cumprida; e, por fim, condenação da primeira reclamada nas obrigações de fornecer documentos. Requer ainda a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita e condenação das Reclamadas em honorários sucumbenciais.

*(...)***3 - MÉRITO**

3.1 - ENQUADRAMENTO SINDICAL – APLICABILIDADE DE NORMA COLETIVA JUNTADA PELO RECLAMANTE.

Como bem apontam as Reclamadas, o enquadramento sindical é realizado pela atividade preponderante do empregador, à exceção das categorias diferenciadas (CLT, arts. 511, §3º), conforme dispõem os arts. 8º, da Constituição Federal e 511, § 2º, 570 e 577, da CLT.

Nesse sentido confira-se o seguinte precedente deste eg. Tribunal Regional do Trabalho:

"ENQUADRAMENTO SINDICAL. VERIFICAÇÃO. É sabido que o enquadramento sindical, via de regra, é feito tendo em conta a atividade preponderantemente desenvolvida pela empresa (§ 2º do art. 511, art. 570 e 577 da CLT). Considerando que a reclamada tem por atividade principal o fornecimento de refeições preparadas preponderantemente para empresas e verificada a regularidade da constituição do SINTERC, não há como conferir validade ao acordo firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia Intersindical entre SECHOSC e SINDHOBAR, ante a ausência de legitimidade para representar os empregados da reclamada. (...)" (ROPS 766/2006, 1ª Turma, Relatora Juíza Maria Regina Machado Guimarães, DJ 13/12/2006)

Isto posto, mesmo que, no caso em tela se reconheça que os laboristas da Primeira Reclamada enquadrar-se-iam em categoria diferenciada, ainda assim não se aplicaria à Primeira Reclamada a norma coletiva carreada na exordial.

Isto pois, no registro da Primeira Reclamada junto à Receita Federal, há a informação que a atividade principal da empresa, ou seja, sua atividade preponderante, seria: "43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica".

Neste passo, o fato de a empresa Reclamada ter se sagrado vencedora em processo licitatório e, conseqüentemente, ter fornecido mão de obra terceirizada à Segunda Reclamada, não lhe retida ou desvirtua sua atividade preponderante.

Se de fato estaria abrangido nas atividades da empresa o fornecimento de mão de obra terceirizada, com as características das

funções e atribuições dos laboristas interpostos, isto não se denota como objeto da demanda, vez que deveria ser tratado em esfera própria, observando os rigores, ditames e impugnações previstas no Edital norteador de certame já finalizado.

Neste contexto, como a atividade preponderante da Primeira Reclamada não é a prestação de serviços terceirizados, resulta inaplicável à Primeira Ré a CCT colacionada aos autos com a exordial, vez que sequer teve participação ou direitos a voto na construção da norma coletiva em referência.

Neste mesmo sentido é a Súmula nº 374/TST:

SÚMULA Nº 374 - NORMA COLETIVA. CATEGORIA DIFERENCIADA. ABRANGÊNCIA *Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.*

Mesmo entendimento foi adotado por este eg. TRT, no julgamento do IUJ nº 0000396-17.2016.5.10.0000, na medida em que neste restou reconhecido que, no conceito de atividade econômica do empregador, não se inclui a de prestação de serviços terceirizados, in verbis:

*“DECIDIU, por unanimidade, aprovar o relatório, admitir o Incidente de Uniformização de Jurisprudência e, no mérito, fixar a tese de que **“I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros. II - Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o sindicato dos trabalhadores houver celebrado convenção coletiva mais benéfica com sindicato eclético da categoria econômica.”***

Ademais, o Reclamante sequer impugnou a tese defensiva de que a atividade preponderante da Primeira Reclamada seria o serviço de Instalação e manutenção elétrica ou alegou que fosse impossível definir qual a atividade preponderante da Primeira Reclamada,

limitando-se a asseverar que a forma de prestação de serviços por parte da Primeira Ré em favor da Segunda Ré se dava de modo terceirizado, com mão de obra que não realizava instalação ou manuseios de materiais elétricos, e, portanto, permitiria o enquadramento sindical da Primeira Reclamada no SEAC/DF. Destarte, tendo em vista a inaplicabilidade à Primeira Reclamada da norma coletiva carregada aos autos com a exordial, julgo improcedentes os pleitos formulados pelo Reclamante de condenação das Reclamadas, vez que fundados, exclusivamente, nos referidos instrumentos coletivos inaplicáveis aos laboristas substituídos ou deles são consectários lógicos.

(...)

BRASILIA/DF, 15 de setembro de 2021. CARLOS AUGUSTO DE LIMA NOBRE Juiz do Trabalho Substituto

Outrossim, os Tribunais estão recheados de decisões favoráveis no sentido de que deverá seguir o sindicato correspondente à categoria econômica preponderante do empregador, vejamos:

“Da diferença salarial para o piso de motorista

Alegou o recorrente na peça atrial que jamais auferiu o piso da sua categoria, enquanto que a reclamada afirmou que os contracheques trazidos a lume demonstram que sempre lhe foi pago valor superior ao piso estipulado nas CCT's do Sindicato das Indústrias de Calçados, Luvas, Bolsas e Peles de Resguardo do Estado de Pernambuco.

Sem razão, todavia.

Com efeito, o enquadramento sindical é matéria de ordem pública, promovido, via de regra, com base na atividade preponderante do empregador (arts. 511, §2º, e 570 da CLT), à exceção das categorias diferenciadas, que, consoante dispõe o art. 511, § 3º, da CLT, são aquelas que "(...) se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto

profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares". Logo, não cabe ao empregador escolher a qual sindicato, federação ou confederação estão vinculados os seus empregados.

Por outro lado, é certo ser inaplicável norma coletiva de categoria diversa daquela em que é enquadrado o empregado, nos termos do art. 611 da CLT. Noutras palavras, a convenção coletiva só obriga os empregadores representados pelo órgão de classe que a subscreveu, não alcançando aqueles representados por outras entidades de classe empresariais, não signatárias das normas sindicais.

Nesse sentido, reporto-me ao aresto abaixo:

"DIFERENÇAS SALARIAIS - ENQUADRAMENTO SINDICAL - O enquadramento sindical é dado, em regra, ressalvadas as categorias diferenciadas, pela atividade preponderante desenvolvida pelo empregador (CLT, artigo 511). E, ainda que a empresa exerça mais de uma atividade, é em razão da atividade principal por ela realizada que se tipifica sua categoria econômica e, consequentemente, a categoria profissional de seus empregados." (TRT/SP - 0041800-48.2006.5.02.0444 RO - Ac. 10ªT 20110363633 - Rel. CÂNDIDA ALVES LEÃO - DOE 31/03/2011)

Na hipótese dos autos, o documento sob o ID f3d6813 demonstra que a ré tem como objeto social a atividade principal de "Comércio varejista de bolsas em couro e sintético" e, como atividade secundária o "comércio varejista calçados de couro e calçados de material sintético"

Perceptível do objeto social acima transcrito e sendo a ré uma empresa que se dedica ao comércio varejista, constata-se que a atividade preponderante da demandada não se enquadra na atividade econômica do sindicato convenente das convenções coletivas de trabalho trazidas aos autos pelo recorrente.

Cumpre ressaltar, ainda, que mesmo na hipótese de categoria profissional diferenciada, o empregado "não tem o direito de haver de

seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria"(Súmula 374, do TST).

Decisão revisada que se mantém, quanto ao tema." (RO 0001546-61.2014.5.06.0017, complementar os dados)

"RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO DA RECLAMANTE. ENQUADRAMENTO SINDICAL. Não socorre a reclamante a tese de que a reclamada se enquadra no ramo de comércio varejista, uma vez que é a atividade funcional da empresa que determina a abrangência das normas coletivas. **Na forma do art. 611 da CLT, a convenção coletiva é aplicável no âmbito das representações sindicais dos empregadores e dos empregados, que deverão ser observadas no âmbito empresarial, salvo quando de categoria diferenciada.** A parte autora defende a fixação dos percentuais de 80% e 100% relativos a sobrejornada e adicional noturno dispostos nas convenções coletivas que colacionou aos autos, **mas, a convenção coletiva 2012/2013 não abrange o município de Belford Roxo, conforme demonstra a cláusula segunda, além da empresa, sua empregadora, não ser representada pelo sindicato patronal daquelas normas coletivas, caso em que a situação se resolve pela aplicação da súmula nº 374 do C. TST,** resultando improcedente a pretensão recursal. Recurso improvido. **Publicado no DeJT em 12.07.2016.**" (grifo nosso) (PROCESSO nº 0013525-73.2015.5.01.0227 (RO), complementar dados

"Recurso de revista. Nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional.

«Mostra-se caracterizada a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, com conseqüente ofensa ao CF/88, art. 93, IX, quando questões suscitadas e relevantes ao deslinde da controvérsia não são apreciadas pelo Regional. In casu, **a fim de que se manifeste**

integralmente sobre o objeto social da reclamada e sobre a função exercida pelo reclamante, elementos necessários à delimitação da atividade preponderante da empresa e do enquadramento sindical, impõe-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem.

Recurso de revista conhecido e provido.»

(TST (8ª T.) - RR 10451-27.2015.5.03.0042 (10.451) - Rel.: Min. Dora Maria da Costa - J. em 21/03/2018 - DeJT 23/03/2018- Doc. LEGJUR 190.1072.4000.3100)

“Recurso de revista da empresa mills estruturas de engenharia S/A. Não regido pela Lei 13.015/2014 enquadramento sindical.

«Extraí-se da decisão regional que o autor laborou como montador de andaimes, nas dependências da segunda reclamada (Arcelormittal). Aduz aquela Corte, ao analisar o contrato social da primeira reclamada (MILLS), em seus atos constitutivos, e as convenções coletivas aplicáveis, que a montagem de andaimes é atividade preponderante da primeira reclamada (MILLS) e que a convenção firmada entre o SINTRACONST e o SINDICON abrange todos os trabalhadores das empresas de montagem com atividades neste setor da construção civil. Ressaltou, também, que a aludida convenção, na cláusula firmada em termo aditivo, abrange «todas as empresas de montagem lotadas nos canteiros de obras das plantas destinadas à produção industrial das empresas Arcelor Mittal, Vale, Samarco, csv, Aracruz Celulose, Belgo Mineira e nos Portos, Usinas Hidrelétricas e Aeoroporto» (grifamos). Assim, entendeu aplicáveis tais instrumentos ao autor. **Dessa forma, em que determinado o enquadramento sindical pela atividade preponderante do empregador, não se há falar em violação dos arts. 611 da CLT e 7º, XXVI, da CF/88, tampouco, de divergência jurisprudencial específica** (Súmula 296/TST, I).

Recurso de revista não conhecido.»

(TST (3ª T.) - RR 64300-17.2010.5.17.0003 (64.300) - Rel.: Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte - J. em 28/02/2018 - DeJT 02/03/2018- Doc. LEGJUR 190.1062.9013.7900)

“Enquadramento sindical. Reclamante que exerce a função de operadora de telemarketing. Aplicação das convenções coletivas firmadas com o sintratel. Sindicato dos trabalhadores em telemarketing e empregados em empresa de telemarketing da cidade de São Paulo e grande São Paulo.

«A Corte a quo concluiu que a reclamante exercia, de fato, a função de operadora de telemarketing, visto que, «iniludivelmente, as atividades executadas pela autora subsumem-se nas de telemarketing, cujo campo de atuação abarca, não só o trabalho destinado a vendas ou oferecimento de produtos e serviços, mas também o atendimento de clientes de uma empresa, independentemente do ramo empresarial para o qual o serviço é prestado, tal como definido pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego», razão por que devem ser aplicadas as convenções coletivas firmadas pelo Sintratel - Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresa de Telemarketing da cidade de São Paulo e Grande São Paulo. **Tem-se que o enquadramento sindical se realiza, segundo o CLT, art. 511, conforme atividade preponderante da empresa que, no caso, conforme afirmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, é a prestação de serviços de telemarketing, e não de serviços de telefonia.** Portanto, para se concluir de forma diversa, como pretende a recorrente, seria inevitável o reexame da valoração dos elementos de prova produzidos feita pelas esferas ordinárias, o que é vedado nesta instância recursal de natureza extraordinária, conforme teor do que estabelece a Súmula 126/TST. Não há falar, portanto, em afronta ao CF/88, art. 8º, II, tampouco em contrariedade à Súmula 374/TST.

Recurso de revista não conhecido.»

(TST (2ª T.) - RR 99200-82.2008.5.02.0045 (99.200) - Rel.: Min. José Roberto Freire Pimenta - J. em 21/02/2018 - DJ 23/02/2018- Doc. LEGJUR 185.9452.5001.3400)

DESTE MODO, REAFIRMA-SE QUE A ATIVIDADE PREPONDERANTE DA RCS É INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA – CNAE 43.21-5-00 QUE É ENQUADRADA NO SITIMME.

Nota-se, que nas situações em que é possível identificar qual atividade preponderante é exercida pela empresa, os Tribunais Regionais e o próprio TST, entendem pelo Sindicato que representa a atividade preponderante.

E não se trata de um *menu à la carte*, muito menos uma permissão para que o licitante escolha qualquer convenção coletiva, **visto que o licitante NÃO PODE ESCOLHER, ELE PODE E DEVE UTILIZAR A CCT CUJA SUA ATIVIDADE PREPONDERANTE É ENQUADRADA, NADA MAIS QUE ISSO.**

Portanto, equivocado o entendimento constante do processo nº 0000771-62.2019.5.10.0016, não havendo qualquer razão para seguir este entendimento diante das fartas provas apresentadas por esta empresa ao Ministério da Justiça.

4. DO VERBETE Nº 76/2019.

Igualmente, quanto ao Verboete Nº 76/2019, citado por esta Douta Comissão, este adveio do Incidente de Uniformização Jurisprudencial nº 0000396-17.2016.5.10.0000 – TRT-10 e versa sobre a representação sindical nos serviços de terceirizações. Convém reproduzir alguns trechos do IUJ supracitado:

*“Assim, e muito embora entenda pela inadequação de caracterizar a prestação de serviços como atividade econômica, também diviso a possibilidade de reconhecer a existência jurídica de convenção coletiva de trabalho celebrada com sindicato de representação eclética, como o SEAC/DF, **DESDE QUE NÃO SEJA POSSÍVEL DEFINIR A ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPREGADORA** e, cumulativamente, seja a norma mais favorável, em seu conjunto, que aquela vinculada à esfera econômica específica na qual atua o empregado.*

Entendo, dessa forma, que quando menos em princípio restarão preservadas as garantias constitucionais e legais mencionadas, tudo sob a perspectiva de gerar condições de trabalho e de vida mais adequadas aos empregados.

Finalizando, resumo a compreensão nos seguintes termos:

"ENQUADRAMENTO SINDICAL. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. EXERCÍCIO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. APLICAÇÃO. PARÂMETROS.

I - O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros.

II - Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o sindicato dos trabalhadores houver celebrado convenção coletiva mais benéfica com sindicato eclético da categoria econômica." (grifo nosso)

Com a devida *vênia*, não há dúvidas quanto à atividade principal da RCS, de modo que sua situação não se enquadra no Verbete supracitado, inclusive porque TERCEIRIZAÇÃO não é atividade econômica, mas sim forma de divisão de trabalho ou atividade empresarial. Neste sentido, esclarecedor o acórdão proferido pela SDC do Colendo Tribunal Superior do Trabalho:

" DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. 1. RECURSO ORDINÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. 2. RECURSO ORDINÁRIO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE MOSSORÓ. ANÁLISE CONJUNTA. LEGITIMIDADE ATIVA. Cinge-se a presente controvérsia em definir se o Sindicato Suscitante -

Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Mossoró – é parte legítima para representar os interesses dos empregados das empresas de terceirização de mão de obra, vinculadas ao Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviço, que atuam como terceirizados nas funções de despenseiro, auxiliar de nutrição, merendeiro, camareiro, costureira, passador, garçom, cumim, copeiro, cozinheiro, auxiliar de cozinha, carregador e trabalhador em lavanderia. A Constituição da República fixa a *categoria profissional* como elemento referencial para a representação dos sindicatos obreiros (art. 8º, II, da CF/88). Entretanto, não concretiza, explicitamente, o conceito jurídico de categoria. No Direito brasileiro, esse conceito é dado pela CLT, em seu art. 511, § 2º (conceito de categoria profissional) e § 3º (conceito de categoria profissional diferenciada). O fenômeno da terceirização, entre as inúmeras dificuldades que traz à sua regulação civilizatória pelo Direito do Trabalho, apresenta ainda manifesto desajuste à estrutura do sistema sindical do País, fundado na ideia matriz da *categoria*. **É QUE OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS NÃO CONSTITUEM, DO PONTO DE VISTA REAL E SOB A ÓTICA JURÍDICA, UMA CATEGORIA PROFISSIONAL EFETIVA, UMA VEZ QUE NÃO APRESENTAM, REGRA GERAL, SIMILITUDE DE CONDIÇÕES DE VIDA ORIUNDA DA PROFISSÃO OU TRABALHO EM COMUM, EM SITUAÇÃO DE EMPREGO NA MESMA ATIVIDADE ECONÔMICA OU EM ATIVIDADES ECONÔMICAS SIMILARES OU CONEXAS, COMPONDO A EXPRESSÃO SOCIAL ELEMENTAR COMPREENDIDA COMO CATEGORIA PROFISSIONAL (ART. 511, § 2º, CLT).** Ora, os trabalhadores terceirizados são ofertados a distintos tomadores de serviços, muitas vezes laborando em períodos diversos e sequenciais, para empresas sumamente diferentes, às vezes integrantes de categorias econômicas sem qualquer similitude entre si. São trabalhadores dispersados pela fórmula de contratação trabalhista a que se submetem. Revela-se, aí, um dos motivos pelos quais a terceirização é fenômeno tão prejudicial ao trabalhador. **No caso**, verifica-se que havia um Sindicato específico para representar

os empregados de empresas de terceirização no Estado do Rio Grande do Norte, qual seja o SINDCOM/RN – Sindicato dos Empregados em Condomínios e em Empresas Prestadores de Serviço de Locação de Mão-de-Obra no Estado do Rio Grande do Norte. Todavia, na Ação Civil Pública nº 160400-45.2009.5.21.0007, determinou-se a dissolução do referido Sindicato, pois se verificou que sua criação se deu por grupo familiar e empresarial articulado, com grave fraude a direitos trabalhistas. Constatou-se que tal Sindicato era utilizado para sonegar e suprimir direitos básicos e indisponíveis dos empregados, contratuais e rescisórios.

Em decorrência da dissolução do SINDCOM/RN, os trabalhadores prestadores de serviços terceirizados no Rio Grande do Norte ficaram sem representatividade sindical. Para suprir essa lacuna, o Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviços de Mão-de-Obra do Rio Grande do Norte – SINDPREST – firmou um TAC perante o MPT, em que se definiu que *"o SINDPREST firmará acordos e convenções coletivas de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes do Rio Grande do Norte quanto às atividades terceirizadas de passador, garçom, copeira, cozinheiro, auxiliar de cozinha e carregador"* (Cláusula 10). Ora, tendo em conta o contexto de dissolução de um sindicato fraudulento e de celebração de um TAC perante o MPT, para suprir a lacuna remanescente de representatividade sindical, e considerando que a categoria profissional é formada por trabalhadores terceirizados, não há como se cancelar o rigor formal do entendimento do TRT, o qual, em face da inexistência de correspondência entre os ramos empresariais em que atuam os Sindicatos Suscitante e Suscitado, entendeu pela ilegitimidade do primeiro para ajuizar o presente dissídio em face do segundo, recusando a homologar o acordo firmado em juízo pelas partes. Assim, impõe-se o devido respeito ao TAC firmado perante o MPT e, por conseguinte, o reconhecimento da legitimidade do Sindicato Suscitante - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Mossoró, devendo os autos retornarem ao TRT de origem, para que prossiga no julgamento do feito, como

entender de direito. Por oportuno, registre-se que esta SDC, em recente julgado, apreciou controvérsia idêntica, envolvendo o mesmo TAC, o mesmo sindicato da categoria econômica e a mesma categoria profissional, com diferença apenas quanto à abrangência territorial do sindicato obreiro, com decisão no sentido de afastar a ilegitimidade ativa do Sindicato obreiro para instaurar o dissídio coletivo, na forma reconhecida pelo Tribunal Regional. **Recursos ordinários conhecidos e providos.” (TST-RO-18-89.2015.5.21.0000, SDC, Rel. Min. Maurício Godinho Delgado, DeJT de 16/06/16) (destaques não originais)**

Portanto, a atividade preponderante da empresa e seu enquadramento sindical não podem ser ignorados devido a vasta jurisprudência e comprovações trazidas à baila.

CONCLUSÃO

Importante ainda destacar que estamos à disposição do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA para realizar todas as diligências que se façam necessárias, a fim de sanar qualquer dúvida que possa pairar acerca da proposta da RCS. Lembre-se que o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta, desde que não seja alterado o valor global proposto, senão vejamos:

“A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto.” (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)

Ante o exposto, solicitamos o procedimento do feito, reafirmamos que a RCS executará fielmente o objeto licitado, pois possui plenas condições de executar o serviço com os valores orçados e propostos, bem como ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos e demais alterações que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 09 de maio de 2022.


RCS TECNOLOGIA LTDA
RODRIGO DA COSTA SILVA
SÓCIO DIRETOR / ENGENHEIRO CIVIL
CREA 16327/D-DF
RG 1.844.668 SSP/DF
CPF 871.384.251-04


Janine Santana Dourado
Coordenadora Jurídica
RCS Tecnologia Ltda.